



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 109, DE 2011

Convoca plebiscito sobre a comercialização de armas de fogo e munições no Brasil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É convocado, nos termos do art. 49, XV, da Constituição Federal e da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, plebiscito de âmbito nacional, para consultar os eleitores sobre a comercialização de armas de fogo e munição no território nacional.

Art. 2º O plebiscito de que trata este Decreto Legislativo realizar-se-á no primeiro domingo do mês de outubro de 2011, para deliberar sobre a seguinte questão: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”.

Art. 3º O Presidente da Mesa do Congresso Nacional dará ciência da aprovação deste ato convocatório ao Tribunal Superior Eleitoral, para os efeitos previstos no art. 8º da Lei nº 9.709, de 1998.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em outubro de 2005, os brasileiros foram chamados a se pronunciar sobre a proibição do comércio de armas e munições no País.

Naquele momento, o eleitorado se manifestou contra essa proibição. Trata-se, certamente, de decisão soberana da vontade popular, cujo respeito se impôs.

Em consequência daquele resultado, a comercialização de armas e munições foi legalmente mantida no Brasil.

O fato é que, mantido o comércio, o país passou a assistir ao aumento da venda de armas e munições. Segundo dados da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro, que tem a missão institucional de controlar essa comercialização, citados por toda a imprensa, em 2001 foram vendidas 566.200 armas. Com o início da discussão em torno do Estatuto do Desarmamento – a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – o número de armas comercializadas no país caiu para 313.200, em 2002, e para 115.900 em 2003. No primeiro ano de vigência do Estatuto, foram vendidas apenas 63.600 mil e, em 2005, 68.000.

A partir do resultado do referendo, a venda de armas passou a crescer significativamente, atingindo 81.200 em 2006, 92.700 em 2007, 133.700 em 2008 e 116.900 em 2009.

Ora, é sabido que o comércio legal acaba se tornando fonte de fornecimento de armas para o crime, com pouca ou nenhuma função para a defesa do cidadão honesto, apesar da falsa impressão de segurança que a posse de uma arma costuma proporcionar.

Assim, nesse momento em que fatos da maior gravidade, envolvendo armas de fogo, ganham as manchetes da imprensa de todo o país, horrorizando a população, como o monstruoso massacre de doze crianças na Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, temos que ter a responsabilidade de perguntar novamente ao povo brasileiro o que fazer.

Não se trata de desrespeitar a opinião do povo, mas de ouvi-lo novamente. Afinal, as opiniões mudam, a realidade se transforma e há todo um novo contexto envolvendo a matéria.

O plebiscito permitirá não apenas que o povo decida o que achar melhor, como ensejará, com certeza, um debate amplo com a sociedade civil sobre o tema, com significativo efeito pedagógico.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ SARNEY

Edgardo Braga

by All
Rodrigo Roldan

Yours sincerely

~~200~~
Paula Poirier

Romero Jue

Angela P. Tek

John P. ...

Wm. L. L. Santiago

Wendy Anahite

INELINGTON DR

Vital do Rêgo

7. Time (PT-AG)

Primal Design

1. 1968-1969
2. 1970-1971
3. 1972-1973
4. 1974-1975
5. 1976-1977
6. 1978-1979
7. 1980-1981
8. 1982-1983
9. 1984-1985
10. 1986-1987
11. 1988-1989
12. 1990-1991
13. 1992-1993
14. 1994-1995
15. 1996-1997
16. 1998-1999
17. 2000-2001
18. 2002-2003
19. 2004-2005
20. 2006-2007
21. 2008-2009
22. 2010-2011
23. 2012-2013
24. 2014-2015
25. 2016-2017
26. 2018-2019
27. 2020-2021
28. 2022-2023
29. 2024-2025
30. 2026-2027
31. 2028-2029
32. 2030-2031
33. 2032-2033
34. 2034-2035
35. 2036-2037
36. 2038-2039
37. 2040-2041
38. 2042-2043
39. 2044-2045
40. 2046-2047
41. 2048-2049
42. 2050-2051
43. 2052-2053
44. 2054-2055
45. 2056-2057
46. 2058-2059
47. 2060-2061
48. 2062-2063
49. 2064-2065
50. 2066-2067
51. 2068-2069
52. 2070-2071
53. 2072-2073
54. 2074-2075
55. 2076-2077
56. 2078-2079
57. 2080-2081
58. 2082-2083
59. 2084-2085
60. 2086-2087
61. 2088-2089
62. 2090-2091
63. 2092-2093
64. 2094-2095
65. 2096-2097
66. 2098-2099
67. 2100-2101
68. 2102-2103
69. 2104-2105
70. 2106-2107
71. 2108-2109
72. 2110-2111
73. 2112-2113
74. 2114-2115
75. 2116-2117
76. 2118-2119
77. 2120-2121
78. 2122-2123
79. 2124-2125
80. 2126-2127
81. 2128-2129
82. 2130-2131
83. 2132-2133
84. 2134-2135
85. 2136-2137
86. 2138-2139
87. 2140-2141
88. 2142-2143
89. 2144-2145
90. 2146-2147
91. 2148-2149
92. 2150-2151
93. 2152-2153
94. 2154-2155
95. 2156-2157
96. 2158-2159
97. 2160-2161
98. 2162-2163
99. 2164-2165
100. 2166-2167
101. 2168-2169
102. 2170-2171
103. 2172-2173
104. 2174-2175
105. 2176-2177
106. 2178-2179
107. 2180-2181
108. 2182-2183
109. 2184-2185
110. 2186-2187
111. 2188-2189
112. 2190-2191
113. 2192-2193
114. 2194-2195
115. 2196-2197
116. 2198-2199
117. 2200-2201
118. 2202-2203
119. 2204-2205
120. 2206-2207
121. 2208-2209
122. 2210-2211
123. 2212-2213
124. 2214-2215
125. 2216-2217
126. 2218-2219
127. 2220-2221
128. 2222-2223
129. 2224-2225
130. 2226-2227
131. 2228-2229
132. 2230-2231
133. 2232-2233
134. 2234-2235
135. 2236-2237
136. 2238-2239
137. 2240-2241
138. 2242-2243
139. 2244-2245
140. 2246-2247
141. 2248-2249
142. 2250-2251
143. 2252-2253
144. 2254-2255
145. 2256-2257
146. 2258-2259
147. 2260-2261
148. 2262-2263
149. 2264-2265
150. 2266-2267
151. 2268-2269
152. 2270-2271
153. 2272-2273
154. 2274-2275
155. 2276-2277
156. 2278-2279
157. 2280-2281
158. 2282-2283
159. 2284-2285
160. 2286-2287
161. 2288-2289
162. 2290-2291
163. 2292-2293
164. 2294-2295
165. 2296-2297
166. 2298-2299
167. 2300-2301
168. 2302-2303
169. 2304-2305
170. 2306-2307
171. 2308-2309
172. 2310-2311
173. 2312-2313
174. 2314-2315
175. 2316-2317
176. 2318-2319
177. 2320-2321
178. 2322-2323
179. 2324-2325
180. 2326-2327
181. 2328-2329
182. 2330-2331
183. 2332-2333
184. 2334-2335
185. 2336-2337
186. 2338-2339
187. 2340-2341
188. 2342-2343
189. 2344-2345
190. 2346-2347
191. 2348-2349
192. 2350-2351
193. 2352-2353
194. 2354-2355
195. 2356-2357
196. 2358-2359
197. 2360-2361
198. 2362-2363
199. 2364-2365
200. 2366-2367
201. 2368-2369
202. 2370-2371
203. 2372-2373
204. 2374-2375
205. 2376-2377
206. 2378-2379
207. 2380-2381
208. 2382-2383
209. 2384-2385
210. 2386-2387
211. 2388-2389
212. 2390-2391
213. 2392-2393
214. 2394-2395
215. 2396-2397
216. 2398-2399
217. 2400-2401
218. 2402-2403
219. 2404-2405
220. 2406-2407
221. 2408-2409
222. 2410-2411
223. 2412-2413
224. 2414-2415
225. 2416-2417
226. 2418-2419
227. 2420-2421
228. 2422-2423
229. 2424-2425
230. 2426-2427
231. 2428-2429
232. 2430-2431
233. 2432-2433
234. 2434-2435
235. 2436-2437
236. 2438-2439
237. 2440-2441
238. 2442-2443
239. 2444-2445
240. 2446-2447
241. 2448-2449
242. 2450-2451
243. 2452-2453
244. 2454-2455
245. 2456-2457
246. 2458-2459
247. 2460-2461
248. 2462-2463
249. 2464-2465
250. 2466-2467
251. 2468-2469
252. 2470-2471
253. 2472-2473
254. 2474-2475
255. 2476-2477
256. 2478-2479
257. 2480-2481
258. 2482-2483
259. 2484-2485
260. 2486-2487
261. 2488-2489
262. 2490-2491
263. 2492-

Walter Rupp

Charles Brown

~~John~~
John Andrews

~~Old~~
Casket of Thines

[Handwritten signature: F. L. L. L.]

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998.

Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta Lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular.

Art. 2º Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

§ 1º O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

§ 2º O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

Art. 3º Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso do § 3º do art. 18 da Constituição Federal, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional, de conformidade com esta Lei.

Art. 4º A incorporação de Estados entre si, subdivisão ou desmembramento para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, dependem da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito realizado na mesma data e horário em cada um dos Estados, e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas.

§ 1º Proclamado o resultado da consulta plebiscitária, sendo favorável à alteração territorial prevista no *caput*, o projeto de lei complementar respectivo será proposto perante qualquer das Casas do Congresso Nacional.

§ 2º À Casa perante a qual tenha sido apresentado o projeto de lei complementar referido no parágrafo anterior compete proceder à audiência das respectivas Assembléias Legislativas.

§ 3º Na oportunidade prevista no parágrafo anterior, as respectivas Assembléias Legislativas opinarão, sem caráter vinculativo, sobre a matéria, e fornecerão ao Congresso Nacional os detalhes técnicos concernentes aos aspectos administrativos, financeiros, sociais e econômicos da área geopolítica afetada.

§ 4º O Congresso Nacional, ao aprovar a lei complementar, tomará em conta as informações técnicas a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 5º O plebiscito destinado à criação, à incorporação, à fusão e ao desmembramento de Municípios, será convocado pela Assembléia Legislativa, de conformidade com a legislação federal e estadual.

Art. 6º Nas demais questões, de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o plebiscito e o referendo serão convocados de conformidade, respectivamente, com a Constituição Estadual e com a Lei Orgânica.

Art. 7º Nas consultas plebiscitárias previstas nos arts. 4º e 5º entende-se por população diretamente interessada tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a do que sofrerá desmembramento; em caso de fusão ou

anexação, tanto a população da área que se quer anexar quanto a da que receberá o acréscimo; e a vontade popular se aferirá pelo percentual que se manifestar em relação ao total da população consultada.

Art. 8º Aprovado o ato convocatório, o Presidente do Congresso Nacional dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

I – fixar a data da consulta popular;

II – tornar pública a cédula respectiva;

III – expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;

IV – assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

Art. 9º Convocado o plebiscito, o projeto legislativo ou medida administrativa não efetivada, cujas matérias constituam objeto da consulta popular, terá suspensa sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

Art. 10. O plebiscito ou referendo, convocado nos termos da presente Lei, será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 11. O referendo pode ser convocado no prazo de trinta dias, a contar da promulgação de lei ou adoção de medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular.

Art. 12. A tramitação dos projetos de plebiscito e referendo obedecerá às normas do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

§ 1º O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 2º O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Câmara dos Deputados, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

Art. 14. A Câmara dos Deputados, verificando o cumprimento das exigências estabelecidas no art. 13 e respectivos parágrafos, dará seguimento à iniciativa popular, consoante as normas do Regimento Interno.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Renan Calheiros

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 19.11.1998

Título IV
Da Organização dos Poderes

Capítulo I
Do Poder Legislativo

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional



Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, de 13/04/2011.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:11376/2011